



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA/RELATÓRIO DA 8ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA EQUIPE DE LÍDERES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Aos 23 dias do mês de maio do ano 2013, no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, ocorreu a 8ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE da equipe de líderes do Planejamento Estratégico do TJ/TO para apresentação dos resultados Estratégicos de 2013, atualização e apresentação das Metas, andamento, encerramento e apresentação de Novos Projetos e deliberações.

Às 09:30 horas a Presidente Desembargadora Ângela Prudente declarou aberta a reunião e registrou a presença dos Líderes: Vice Corregedor Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza, Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho (ASMETO), o Diretor Geral Flavio Leali Ribeiro, o Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, Yuri Anderson Pereira Jurubeba, a Chefe de Gabinete da Presidência Ana Carina Mendes Souto, e os seguintes convidados: Desembargadora Jacqueline Adorno, Juízes Convocados Dr. Helvécio Maia, Dra. Maysa Vendramini Rosal, Dra. Adelina Gurak e o Juiz do NACOM Dr. Jordan Jardim. Também estavam presentes todos os Diretores de área do Tribunal de Justiça, da ESMAT e Assessoria Militar.

Dando continuidade às atividades, a Presidente agradeceu a presença de todos e passou a coordenar os trabalhos para apresentação da Reunião. Em seguida passou a palavra para o Coordenador da COGES, Sr. José Atilio Beber que apresentou a pauta da 8ª Reunião de Análise Estratégica da Equipe de Líderes que passou a registrar:

1. DESEMPENHO DAS METAS ESTRATÉGICAS – ANÁLISE HISTÓRICA

Foi apresentado graficamente o alcance das metas estratégicas em uma abordagem histórica a partir do ano de 2010, mas com foco no resultado atingido em 2013, onde a meta estabelecida para o alcance das metas era de 65% e cuja execução foi de 58%.

1.1. Metas do Planejamento Estratégico - 2013

As 43 metas existentes foram estratificadas e ficaram assim mensuradas: 18 metas alcançadas, 6 metas já cumpridas, 4 metas parcialmente atingidas, 2 metas sobrestadas, 4 metas não medidas e 9 metas ainda não alcançadas.

1.2. Metas do Plano Plurianual – 2013

São as metas do PPA que estão alinhadas com o Planejamento estratégico, das quais 6 foram alcançadas, 2 foram cumpridas, 7 não alcançadas e 2 sobrestadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2. DADOS JUDICIAIS

Os dados judiciais são levantados de acordo com a Resolução nº 76 do CNJ que instituiu o relatório Justiça em Números através do qual é possível fazer um diagnóstico da Justiça estadual.

2.1. Taxa de Congestionamento Geral – (Conhecimento + execução).

A taxa de congestionamento no ano de 2013 foi de 67,4%, considerando a proporção dos processos baixados sobre o montante de processos pendentes somados aos processos novos.

2.2. Taxa de Congestionamento – (conhecimento)

A taxa de congestionamento de conhecimento é calculada considerando a proporção dos processos baixados sobre o montante de processos pendentes somados aos processos novos. Quanto menor for o resultado melhor é o desempenho. A taxa de congestionamento dos processos de conhecimento em 2013 foi apresentada por segmento, merecendo destaque o 2º Grau que alcançou a taxa de 39,95%, atingindo, portanto, a meta estipulada de 59,62%. Destaque também para o 1º grau que alcançou a taxa de 59,27%, atingindo a meta estipulada de 75,70%. Juizados especiais e Turmas recursais não tingiram a meta ficando com o resultado de 50,72% e 48,48% respectivamente, portanto superior à meta estipulada.

2.3. Taxa de Congestionamento – (execução)

A taxa de congestionamento de execução também é calculada considerando a proporção dos processos baixados sobre o montante de processos pendentes somados aos processos novos. Quanto menor for o resultado melhor é o desempenho. A taxa de congestionamento relativa aos processos de execução tem impactado o resultado da taxa de congestionamento geral, pois na Justiça Comum o resultado alcançado foi de 89,70% para uma meta projetada de 73,97%. Os juizados especiais alçaram o resultado de 60,40% tendo um bom desempenho em relação à meta que era de 66,12%.

2.4. Relação Processos novos X Processos baixados (atendimento à demanda)

A partir do ano de 2010, verificou-se um aumento constante de processos baixados em relação à entrada de processos novos, sendo que em 2013 a baixa superou a entrada de novos processos. Neste contexto, merece destaque o desempenho da Justiça Comum e o 2º Grau de Jurisdição. Apurou-se que a média de processos baixados por magistrado foi de 1.119 processos.

2.6. Produção por Magistrado – (conhecimento + execução)

Em 2013 foram julgados 99.923 processos por 124 magistrados, o que resultou em uma média de 806 processos por magistrado. Verificou-se que a execução, mais uma vez impactou negativamente a produção por magistrado.

3. PROJETOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Foi apresentado um panorama geral dos projetos, acrescida da relação daqueles encerrados em 2013: Monitoramento de Metas, Implantação do S.E.I., Implantação do e-Proc, Segurança de Redes e Substituição do Projeto Sala Cofre pelo Projeto Ambiente de Alta Disponibilidade. Também foram elencados os projetos iniciados em 2013, onde cada Diretor responsável demonstrou o grau de execução, as vantagens e novas entregas relacionadas a cada projeto, dentre eles: Projeto de Alta Disponibilidade, Metrotins, Fortalecimento do FUNJURIS e Gestão de Precatórios. O Projeto Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJTO continuou sobrestado aguardando uma definição com relação à reestruturação do SIAFEM.

3.1. Projetos em andamento – (grau de execução).

Neste momento foi apresentado o grau de execução de cada projeto, acompanhado de justificativas dos gestores ou Diretores responsáveis por cada projeto, a saber: Mapeamento de Processos Administrativos com 71% de execução. O Diretor da DIADM, Ronilson Pereira da Silva, esclareceu que falta apenas o redesenho (do fluxo do processo administrativo) das funções mapeadas. Projeto A3P com 22% de execução, merecem destaque ações realizadas como, confecção de adesivos sobre sustentabilidade e economicidade do uso de energia e confecção de copos de uso permanente em substituição aos copos descartáveis. O Projeto Consolidação de TIC com 62%, Virtualização do Acervo da Jurisprudência com 33%, que deverá ficar operacional até o dia 30.06.2014, conforme acordado com o Diretor da DTINF, Segurança Armada e Eletrônica com 61%, Gestão Por Competência com 62%, Mapeamento e Sequencialidade dos processos Judiciais do 2º grau com 53% e Projeto Metrotins com 14%. E ainda, o Projeto Fortalecimento do FUNJURIS com 38% de execução, Alta Disponibilidade com 100%, Sistema de Gestão de Precatórios com 40%, Programa Qualidade de Vida com 82%, Pesquisa de Clima Organizacional com 76% e Projeto Educação Financeira com 45% de execução. O Projeto de Construção de sedes próprias em Comarcas atingiu o percentual de 20% de execução. A Diretora da DINFRA, Rosane Mesquita esclareceu que no ano de 2013 foram entregues dois fóruns - o da Comarca de Augustinópolis e o da Comarca de Araguatins. Para 2014 serão entregues os prédios de Porto Nacional, Xambioá e Novo Acordo. O Fórum de Guaraí também está com as obras em andamento, com previsão de entrega no início de 2014. Ainda foi assinada a Ordem de Serviço para o início da construção do Fórum de Araguaína. Explicou, ainda que o Projeto Reforma de sede de Comarcas com 14% de execução. Informou ainda, a diretora da DINFRA, que a execução está em ritmo normal, e que o grau de execução se justifica em razão do alinhamento e redimensionamento do PPA quando de sua revisão em 2014. O Projeto Construção de Unidades Judiciárias alcançou 77% de execução. Serão concluídas em 2014 as seguintes unidades judiciárias: São Felix, Combinado, Goianorte e Duere. A Diretora responsável explicou que, em razão do Termo de Cessão de Uso nº 3/2013, firmado com o Poder Executivo, foram entregues seis prédios de unidades judiciárias já finalizadas nos municípios de Conceição do Tocantins, Divinópolis, Dois Irmãos, Pugmil, São Valério, Silvanópolis, Lagoa do Tocantins e São Salvador. Finaliza o rol



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de projetos em andamento a Alteração de Lei de Organização Judiciária com 25% de execução e o Projeto Elaboração do Manual Técnico que atingiu 100% de execução.

4. DELIBERAÇÕES

4.1. Projetos

Os Líderes aprovaram o seguinte: encerramento dos Projetos Elaboração do Manual Técnico e Alta Disponibilidade e alteração no Projeto Consolidação de TIC. Também autorizaram o sobrestamento do Projeto Sequencialidade dos Processos Judiciais no 1º e 2º Grau até a implantação das Tabelas Processuais Unificadas - TPU no e-Proc, na forma preconizada pela Resolução nº 46/2007 do CNJ. Para o Projeto A3P foi designado, como gestor, o Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Foi aprovado o sobrestamento do Projeto Gespública até aprovação do próximo ciclo de planejamento 2015-2020. Por sugestão e justificativa da DIGEP o Projeto Preparação para Aposentadoria dos Servidores e Magistrados ficou sobrestado.

4.2. Metas

Com relação às Metas os Líderes assim deliberaram: A Meta 45 passou a espelhar a seguinte redação: “Aumentar para 95% o valor executado sobre o valor total do orçamento”. Para a Meta 18 – Índice de Eficiência da Arrecadação de Receitas foi aprovada a seguinte fórmula de medição: $(\text{Recolhimentos Diversos} / \text{Despesa Total da Justiça Estadual}) \times 100$, com base nas variáveis do Justiça em Números. Com relação à Meta do PPA – Aumento do número de Magistrados e Servidores, ficou aprovado que a medição obedecerá a seguinte sistemática: $(\text{total de magistrados e servidores providos no período} - \text{total de magistrados e servidores providos no ano base})$, a composição dos providos terá por base o relatório Justiça em Números. A Meta 31 – Gerenciar 100% do absenteísmo foi deliberado que a DIGEP apresente Plano de Ação para a mensuração da meta. Ficou aprovada a medição bienal para as metas 05, 30, 32, 38 e 39 que são medidas por meio da Pesquisa de Clima e Satisfação do Usuário.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

Foram apresentados aos Líderes os macrodesafios do Planejamento Estratégico Nacional 2015-2020. Dentro da perspectiva sociedade os macrodesafios são: “efetividade na prestação jurisdicional” e “Garantida dos direitos de cidadania”. Na perspectiva processos internos temos: “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, “Adoção de soluções alternativas de conflito”, “Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes”, “Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas” e “Aprimoramento da gestão da justiça criminal”. Já nas perspectivas Recursos, os macrodesafios são: “Melhoria da gestão de pessoas”, “Aperfeiçoamento da gestão de custos”, “Instituição da governança judiciária” e “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Também foram apresentados aos líderes as ações que estão sendo desenvolvidos pela COGES para a elaboração do Planejamento Estratégico do TJTO para 2021-2020. Estão sendo realizadas visitas às comarcas, no intuito de ouvir os magistrados e servidores. Serão ouvidos os servidores do TJ, gabinetes e órgãos externos tais como MP, DP e OAB. Na data já haviam sido visitadas 29 comarcas com um total de 632 participantes e 515 contribuições.

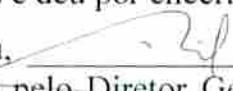
6. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Foi apresentado o resultado do Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário 2013, em que o **TJTO figura em 8º lugar no ranking dos Tribunais da Justiça Estadual**, com uma média de 76,50%, contra a média geral de 61,20% e 60,26% apenas da Justiça Estadual.


7. ENCERRAMENTO

Cumprida a pauta proposta, passou-se ao encerramento da R.A.E. A Presidente, Desembargadora Ângela Prudente, agradeceu a presença de todos. Os Desembargadores Ronaldo Eurípedes, Eurípedes Lamounier e o Juiz Pedro Nelson, parabenizaram os trabalhos e a gestão atual pelos excelentes resultados alcançados e pelo profissionalismo demonstrado.

A Desembargadora Presidente agradeceu a parceria com todos os Gabinetes, Magistrados e servidores, ressaltando a importância do envolvimento de todos para o sucesso da gestão e o alcance dos resultados e deu por encerrada a reunião.

Nada mais havendo para ser registrado eu, , João Ornato, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada pelo Diretor Geral, pelo Coordenador da COGES e pela Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça.


Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE
Presidente


FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral


JOSE ATÍLIO BEBER
Coordenador da COGES